

ASSEMBLEIA LOTADA REJEITA PROPOSTA



Bancários reforçam unidade e mobilização ao votarem por unanimidade contra proposta que cobre apenas a inflação e não atende as reivindicações da categoria

A categoria bancária deu um enfático não para a proposta apresentada pela Fenaban que apenas cobre a inflação medida pelo INPC para salários, pisos e demais verbas, como PLR, VA, VR, auxílio-creche/babá. Em assembleia lotada realizada na quarta-feira 8, trabalhadores de bancos privados e públicos rejeitaram a proposta por unanimidade.

“Mesmo em meio a uma das maiores crises econômicas já atravessadas pelo país, que resulta em mais de 12 milhões de desempregados, os bancos seguem registrando recordes de lucros e promovendo demissões. Por isso, essa proposta que não garante os empregos dos trabalhadores, não oferece nem um centavo de aumento real e não dá resposta a outras reivindicações é inaceitável”, afirma Ivone Silva, presidenta do Sindicato e uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, que representa a categoria nas negociações com a Fenaban (federação dos bancos).

O que a Fenaban apresentou na última rodada de negociação, na terça-feira 7, tampouco contempla reivindicações importantes, como a não substituição de bancários por terceirizados, a não adoção das novas formas de contratação previstas

na reforma trabalhista e o combate às metas abusivas que adoecem grande número de trabalhadores (veja nas páginas 2 e 3).

“Esperamos que nessa próxima negociação, a Fenaban e os bancos públicos apresentem propostas que respeitem a categoria bancária”, diz Ivone Silva.

Dia do Basta – A assembleia também decidiu pela participação da categoria nos atos e paralisações da sexta-feira 10 de agosto, o Dia do Basta, convocado pela CUT, CTB, Intersindical e demais centrais sindicais e pelos movimentos sociais, contra os retrocessos do governo Temer, como a reforma trabalhista, o aumento dos combustíveis, a entrega do patrimônio nacional e o desmonte das empresas e bancos públicos, desemprego, crescimento da miséria e cortes nas verbas da saúde e educação.

Ato em Brasília – Os trabalhadores presentes à assembleia também aprovaram a adesão ao protesto contra as resoluções 22 e 23 da CGPAR que aniquilam os planos de saúde de empresas públicas, e em defesa dos bancos públicos. O ato será realizado no dia 15 de agosto, em frente ao Ministério do Planejamento, em Brasília. ✨

PROPOSTAS REJEITADAS PELOS BANCÁRIOS

FENABAN

- ✘ Reposição da inflação, medida pelo INPC (projeção de 3,90% entre 1/9/17 e 31/8/18), para salários, pisos, PLR, VA, VR, auxílio-creche/babá etc.
- ✘ Acordo seria de quatro anos, com reposição da inflação a cada data base da categoria (1º de setembro)
- ✘ Alteração de cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para, segundo os bancos, garantir segurança jurídica, mas sem apresentar a redação das modificações

BANCO DO BRASIL

- ✘ Dois semestres para descomissionamento (ao invés de 3).
- ✘ Diminuição do intervalo de almoço e parcelamento de férias
- ✘ Não apresentou proposta de renovação do protocolo de resolução de conflitos

CAIXA

- ✘ Acordo Coletivo de Trabalho com menos da metade dos direitos
- ✘ Fim da PLR Social
- ✘ Fim do Saúde Caixa

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A categoria bancária é uma das que mais adoecem por conta da forma de gestão dos bancos, com assédio moral e competitividade. Os bancários querem que as metas, principais causadoras do adoecimento, sejam construídas coletivamente, com a participação dos trabalhadores, respeitando o perfil de cada local de trabalho e região. A categoria também quer aprimorar algumas cláusulas da CCT. Como a 27, que prevê estabilidade provisória de 60 dias para quem volta ao trabalho após afastamento de 6 meses ou mais por doença. A categoria reivindica a extensão desse direito aos que retornam após cancelamento do benefício de aposentadoria por invalidez. A cláusula 65 trata do adiantamento emergencial: quando retorna de licença médica (benefício cessado), se o trabalhador for considerado

“inapto” pelo médico do banco, mas apresentar o PR (Pedido de Reconsideração) ao INSS, teria o adiantamento pago pelo banco. Esse direito, no entanto, também foi alterado pela legislação do pós-golpe, que acabou com o PR. Diante disso, muitos bancos suspenderam o direito ao pagamento do adiantamento emergencial. A categoria reivindica nova cláusula, excluindo o PR, de forma que os trabalhadores não sejam prejudicados. Veja outras reivindicações de saúde no bit.ly/terceiramesa saude.



TECNOLOGIA E AGÊNCIAS DIGITAIS

A tecnologia não deve ser usada para eliminar empregos, nem para excluir a população dos serviços bancários. Assim, a categoria propõe a criação de comissão bipartite (trabalhadores e bancos) para acompanhar e apresentar propostas sobre projetos de mudanças tecnológicas, reestruturações, teletrabalho, acesso remoto e outras. E, diante do aumento contínuo de agências digitais, reivindica que os serviços nesse tipo de unidade sejam executados somente por bancários. E ainda: que os bancos permitam o livre acesso dos dirigentes sindicais nesses locais.



CCT VÁLIDA PARA TODOS



Outra reivindicação é a validade da Convenção Coletiva de Trabalho para todos os bancários, independentemente do nível de escolaridade ou faixa salarial. É uma proteção contra outro ponto nocivo da lei trabalhista, o empregado hipersuficiente (quem ganha pouco mais de R\$ 11 mil teria que negociar suas condições de trabalho diretamente com o banco, e não estaria resguardado pela CCT).

AUMENTO REAL

Em consulta nacional, os bancários apontaram aumento real para salários e demais verbas como PLR, VA e VR como prioridade. Os bancos, que lucram cada vez mais alto mesmo na crise, podem valorizar seus funcionários. Veja como foi a mesa com a Fenaban sobre remuneração no bit.ly/quintamesaremuneracao.



PROTEÇÃO CONTRA CONTRATOS PRECÁRIOS

Os trabalhadores querem cláusula prevendo que a contratação de empregados com jornada 12x36 (12 horas de trabalho a cada 36 de descanso), por tempo parcial, intermitente, ou de trabalhadores autônomos só seja realizada mediante prévia negociação com o sindicato e por meio de acordo coletivo de trabalho.

TERCEIRIZAÇÃO – O desmonte trabalhista de Temer inclui a terceirização até nas atividades fim. Os trabalhadores reivindicam que os bancos não substituam empregados diretos por terceirizados em nenhum setor da empresa. Veja mais reivindicações sobre emprego no bit.ly/quartamesa emprego.



BANCOS DEVEM RESPONDER A VÁRIAS REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA

GARANTIA DE ULTRATIVIDADE

31 DE AGOSTO

Os bancos não aceitaram assinar pré-acordo que garante a ultratividade da CCT (princípio segundo o qual um acordo continua válido até assinatura de outro). Assim, nossa convenção perderia a validade em 31 de agosto.

COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL



Os bancários querem compromisso dos bancos quanto à continuidade de campanha de prevenção e combate ao assédio sexual no local de trabalho. Reivindicam ainda que denúncias de assédio sexual sejam apuradas por comissão bipartite (sindicato e empresa).

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES



Os bancários são pioneiros no estabelecimento de cláusulas para garantir igualdade de oportunidades para mulheres, negros, LGBTs, pessoas com deficiência. Este ano, a categoria reivindica a realização de um novo Censo da Diversidade (já que o último é de 2014).

BANCO DE HORAS

Os bancários querem que a implantação de banco de horas somente seja realizada por meio de acordo coletivo de trabalho.



HOMOLOGAÇÃO NOS SINDICATOS



Outro retrocesso da lei trabalhista é a homologação de rescisão contratual apenas na empresa, sem obrigatoriedade da participação do sindicato. Os bancários querem a volta das homologações nos sindicatos.

MAIS EMPREGOS

Mesmo com lucros nas alturas, os bancos vêm cortando postos de trabalho (de janeiro de 2012 a junho de 2018, o setor bancário eliminou 57.045 postos de trabalho, redução de 11,5% na categoria). Os bancários querem garantia de emprego.



MAIS

1º CAMPEONATO SOCIETY 40+

Se você gosta de bater uma bolinha e tem mais de 40 anos, participe do 1º Campeonato Society 40+ do Sindicato. As inscrições são on-line e deverão ser solicitadas pelo email edsonpiva@spbancarios.com.br.

A taxa de inscrição é de R\$ 200 por equipe e podem participar além de bancários, sindicalizados ou não, convidados e dependentes, desde que estejam de acordo com as regras estipuladas em regulamento.

Todas as informações em bit.ly/Society40

PATERNIDADE RESPONSÁVEL

Estão abertas as inscrições para mais uma turma do curso de Paternidade Responsável na Faculdade 28 de Agosto. As aulas acontecem de 20 a 23, das 19h às 22h, e são grátis para sindicalizados. Não sócios pagam R\$ 100.

A participação é requisito para usufruir da licença-paternidade ampliada, de 20 dias, uma conquista dos bancários junto ao Sindicato. As aulas são ministradas na sede da entidade (Rua São Bento, 413, Centro).

Todas as informações em [bit.ly/Turma Paternidade](http://bit.ly/TurmaPaternidade)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.651.675/0001-95, com registro sindical no MTE sob nº L002P051, por sua Presidenta, convoca todos os empregados em Cooperativas de Crédito e Mútuo, sócios e não sócios, dos municípios de São Paulo, Osasco, Barueri, Carapicuíba, Caucaia do Alto, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Jquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 13 do mês de agosto de 2018, em primeira convocação às 18h00 e, em segunda convocação às 18h30, na sede do Sindicato, situado à Rua São Bento, nº 413, Centro/SP, no auditório amarelo, para discussão e aprovação da seguinte ordem do dia:

Discussão e deliberação sobre a proposta apresentada pelo Sindicato das Cooperativas de Crédito e Mútuo do Estado de São Paulo - SINDICOOOPERATIVAS, para assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2020, inclusive, que prevê a autorização do desconto a ser efetuado em função da negociação coletiva realizada.

São Paulo, 10 de agosto de 2018

Ivone Maria da Silva
Presidenta

NENHUMA A MENOS

Maria da Penha completa 12 anos

Sancionada em 2006, pelo presidente Lula, lei já foi considerada pela ONU como uma das legislações mais eficazes no combate à violência contra a mulher

No dia em que se comemorou 12 anos da Lei Maria da Penha, 7 de agosto, o noticiário foi ocupado por casos de violência contra a mulher. Em uma semana, oito mulheres: Tatiane Spitzner, Tatiane Rodrigues, Marília, Andreia, Simone, Isabel, Sandra e Whailly morreram pelo fato de serem mulheres, vítimas de feminicídio.

Embora a lei, sancionada em 2006 pelo então presidente Lula, tenha sido um marco na defesa das mulheres, os agressores parecem ignorá-la. Segundo o Mapa da Violência 2015, em 33% dos casos notificados os algozes eram parceiros ou ex-companheiros.

Dados do site Relógios da Violência, do Instituto Maria da Penha, mostram que a cada 7,2 segundos, uma mulher é vítima de violência física. A cada 2,6 segundos, uma mulher sofre agressão verbal. E a cada 22,5 segundos, uma mulher é vítima de espancamento ou tentativa de estrangulamento. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2003 e 2013, houve alta de 54% no número de assassinatos de mulheres negras, enquanto que o de brancas caiu 9,8%.

A secretária-geral do Sindicato, Neiva Ribeiro, teme retrocessos. “Desde o golpe, Temer não inves-



te mais em políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres, a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres deixou de ter status de ministério e a secretária nomeada tem posições distintas do que os movimentos defendem, e nós só vemos os casos se repetirem todos os dias.”

Neiva lembra que sob os governos Lula e Dilma, a lei ganhou concretude com a ampliação da Central de Atendimento à Mulher (180). Vários outros projetos foram implementados, entre eles a Casa da Mulher Brasileira - local multidisciplinar de atendimento de mulheres em situação vulnerável. E também o aprimoramento da legislação - com ações como a

Lei Complementar 150/2015, que ampliou o escopo da “Lei Maria da Penha” tipificando novas formas de violência contra a mulher, e a tipificação do feminicídio, através da sanção, pela presidenta Dilma, da Lei 13.104/2015.

“Precisamos continuar lutando para que a Lei Maria da Penha e as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher sejam implementadas de fato. Temos que cobrar dos candidatos nas próximas eleições que se comprometam com ações para erradicar a violência de gênero e o feminicídio no Brasil. Uma vida livre de violência de gênero é um direito humano das mulheres, um dever do Estado e de toda sociedade”, finaliza. ✨

